

POLÍTICA

Temer chega à China para 'vender' Brasil -
mas o que isso representa?.

▶ **Pág. 07**

contexto

Temer chega à China para 'vender' Brasil - mas o que isso representa?

Foto: Divulgação



Há um ano, logo após o impeachment de Dilma Rousseff, o então recém-empossado Michel Temer fez sua primeira viagem internacional, para Hangzhou, na China, onde participou da cúpula do G20 (o grupo que reúne as maiores economias do mundo). Dali, partiu ao Brasil com um convite, feito por seu colega chinês, Xi Jinping, para retornar ao país em uma visita de Estado.

Cumprindo o combinado, o peemedebista voltou à China na quinta-feira. A estadia, que vai durar sete dias, inclui uma visita oficial na capital Pequim e também a participação no encontro dos Brics (grupo que reúne, além do Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul) na cidade de Xiamen, no sudeste do país. Segundo o Itamaraty, os dois chefes de Estado devem discutir oportunidades de investimentos e assinar acordos bilaterais.

Mas a viagem não tem apenas um caráter cerimonial: Temer vai se esforçar a todo custo para vender aos chineses os projetos de concessões e privatizações que se tornaram uma das principais marcas de seu governo.

O objetivo é levantar dinheiro suficiente para aliviar as contas públicas só neste ano a expectativa é de que o rombo fiscal (a diferença entre as receitas e as despesas) chegue a R\$ 159 bilhões.

Só com o último pacote de desestatização anunciado na semana passada, que envolve 57 projetos e será implementado nos próximos anos, o governo espera arrecadar até R\$ 44 bilhões. Em setembro do ano passado, já havia sido anunciado um plano para privatizar outros 34 ativos de controle estatal.

É neste contexto que a China aparece como um potencial comprador. Com um apetite voraz, o gigante asiático está de olho em oportunidades de investimento ao redor do mundo que possam sustentar o crescimento de sua economia.

Além disso, como poucos países no mundo, a China tem capital de sobra estatal, em sua maioria para investir em grandes projetos que demandam vultosos recursos e

cujo retorno pode vir em um prazo mais longo. Soma-se a isso a queda nos preços dos ativos brasileiro por conta da crise e a equação se fecha.

Investimentos

A presença do país na América Latina vem crescendo desde 2008. Em 2010, o Brasil foi destino de um quarto de todas as aquisições chinesas no exterior, US\$ 12,5 bilhões, segundo dados da consultoria Dealogic. O percentual recuou nos anos seguintes e ganha fôlego desde 2015, quando a recessão barateou os ativos brasileiros. No acumulado até agosto de 2017, o Brasil respondeu por 6,6% das fusões e aquisições feitas por capital chinês, um total de US\$ 7,3 bilhões.

Os setores de infraestrutura e de energia estão entre os que mais têm recebido recursos do país. A estatal chinesa State Grid, maior empresa do setor elétrico do mundo, desembarcou no Brasil em 2010 e hoje é dona, por exemplo, da CPFL energia. A China Three Gorges (CTG), outra estatal, que opera a hidrelétrica de Três Gargantas, chegou em 2013 e já é a segunda maior geradora do país.

Além de investidora, a China é também importante parceiro comercial. É o principal destino das exportações brasileiras, de 24,3% dos US\$ 126 bilhões embarcados entre janeiro e ju-

lho de 2017. Em segundo lugar vem os Estados Unidos, que responde por cerca de 12% do total acumulado no ano.

Entre os ativos que o governo espera vender ou conceder em outorgas aos chineses e que serão apresentados durante a visita há aeroportos, portos, rodovias e ferrovias. A Eletrobras também será oferecida, mas por meio da emissão de novas ações na bolsa, que vai diluir a participação da União. A Casa da Moeda, órgão que confecciona as notas de real, ficará de fora desta rodada de oferta.

"Estamos levando à China não só ideias, mas investimentos críveis. Eles (chineses) já demonstraram interesse em vários projetos nossos", diz à BBC Brasil Adalberto Vasconcelos, secretário especial do Programa de Parceria e Investimentos (PPI), órgão criado pelo governo Temer em setembro do ano passado "ampliar e fortalecer a relação entre o Estado e a iniciativa privada".

"O Brasil tem sido bastante atrativo, a despeito do momento econômico e político pelo qual passa. Estamos preocupados em oferecer aos usuários uma boa prestação de serviços, e comprometidos com a geração da renda e do emprego, mas sem abrir mão da qualidade téc-

nica dos estudos", acrescenta.

Desestatização

O foco em atrair capital chinês como uma forma de tentar contornar a crise divide especialistas ouvidos pela BBC Brasil.

Para Oliver Stuenkel, coordenador do MBA em Relações Internacionais da FGV-SP, seria uma "loucura não interagir com a China ou limitar a participação chinesa no Brasil".

"Ninguém consegue negar que a recuperação da economia brasileira passa pela China. Não há outra maneira de sairmos da crise sem estreitarmos essa ligação. A China é o motor da economia mundial e em breve vai superar os Estados Unidos", diz.

Stuenkel lembra que o forte crescimento do Brasil durante o governo Lula (2003-2011) se deveu, em grande parte, ao apetite chinês por matérias-primas brasileiras, como petróleo, soja e minério de ferro.

"É impossível entender o período de bonança econômica do governo Lula sem a demanda chinesa. Não há alternativa à China. Fortalecer a relação com o país é o único caminho", defende.

Sergio Lazzarini, professor de estratégia do Insper, concor-

da. Autor do livro *Capitalismo de Laços*, ele analisa o modo como o capitalismo brasileiro se desenvolveu, especialmente nos últimos anos, com a ampliação do poder do Estado na economia.

"O Brasil não tem poupança suficiente para fazer o mesmo capitalismo de Estado feito na China. Já houve esse movimento, com os campeonos nacionais (empresas de capital nacional capacitadas a disputar - e vencer - a competição em setores de atividade identificados como estratégicos por seus formuladores), mas não deu certo.

O momento agora é de correção de rumos em função do excesso dessas políticas", explica.

"O governo não tem capacidade de investimento. Se não fizer caixa, vai faltar dinheiro. A expansão chinesa tem causado um alvoroço em todos os países. Mas dizer não à China é um movimento protecionista que não deveríamos perseguir", argumenta.

Já Pedro Rossi, professor de Economia da **Unicamp**, pensa diferente. Para ele, a venda de ativos aos chineses coloca em xeque "a soberania nacional e a própria democracia brasileira".

"O capital privado passa a ditar as regras em setores que poderiam ser usados como instrumento de desenvolvimento para o país. Não faz sentido vender a Eletrobras por R\$ 30 bilhões se a previsão de rombo fiscal é de R\$ 159 bilhões", opina.

Ele cita o caso da privatização da Vale, em 1997, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Hoje, a empresa vende minério de ferro bruto à China, seu maior comprador e o país se encarrega do restante da cadeia produtiva, transformando-o em aço, por exemplo, agregando valor ao longo da produção.